

# Pressões políticas são ameaça à austeridade

SÔNIA MOSSRI

BRASÍLIA — As equipes dos Ministros da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu, temem que fortes pressões políticas sobre o Presidente José Sarney, para conseguir ampliação de gastos orçamentários, coloquem em risco a estabilidade da economia, com um descontrole perigoso, num ano eleitoral. As maiores pressões vêm dos Ministros das Minas e Energia, Vicente Fialho; dos Transportes, José Reynaldo Tavares; e da Previdência, Jáder Barbalho. Se o Presidente ceder às pressões e aumentar os gastos, existe consenso na área econômica que de, tanto Mailson como João Batista, não hesitarão em deixar o Governo.

A sete meses da posse do novo Presidente da República, os pedidos para construção de obras estão

cada vez maiores. Governadores, Prefeitos, parlamentares e importantes grupos privados, sobretudo empreiteiras, também exercem pressão nos principais gabinetes de Brasília para liberação de recursos, que aumentariam o déficit público.

João Batista é o alvo preferido das reclamações dos seus colegas de ministério. Tanto ele como Mailson estão convencidos de que somente a manutenção de uma política fiscal e monetária austeras afastará o risco da hiperinflação e garantirá a tranquilidade das eleições de 15 de novembro. Entre os maiores desafetos que os dois Ministros vêm acumulando estão os Governadores de São Paulo, Orestes Querínia, e do Rio de Janeiro, Moreira Franco.

Somente o Governo de São Paulo, por exemplo, solicita à área econômica recursos da ordem de US\$

2 bilhões (NCZ\$ 5 bilhões pelo câmbio oficial). Já o Governo do Rio reivindica mais verbas, sobretudo para pagar a dívida do metrô. A reunião, na semana passada, no Palácio do Planalto, do Presidente Sarney com os ministros da área econômica, demonstrou que as pressões por maiores gastosestão fortes.

Mailson e João Batista acreditam no controle da economia através de gastar conforme a arrecadação e da manutenção da políticajuros altos pelo Banco Central. Essa combinação, dizem os Ministros, pode garantir a convivência, até março, com uma inflação mensal superior a 30%. Importantes assessores da Fazenda ressaltam que o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pode chegar até a 50% sem que isso signifique a hiperinflação.